

LACUNAS QUE AS LETRAS BUSCAM SUPRIR: LITERATURA E CONHECIMENTO NO BRASIL

Claudete Daflon¹

RESUMO: No presente artigo, tendo como perspectiva o período compreendido entre as últimas décadas do século XVIII e o final do XIX, propõe-se discutir as relações entre literatura e conhecimento, especialmente aquele associado à ciência, no contexto brasileiro. Para tanto, colocar-se-á em questão o papel político do escritor comprometido com processos sociais de sua época bem como a premissa segundo a qual o desenvolvimento científico seria meio necessário à modernização da sociedade. Considerando-se, ainda, como essa discussão se institui historicamente, construir-se-á um breve painel tomando como ponto de partida a atuação do poeta setecentista, enquanto ilustrado. Passando por temas como a viagem, serão desenvolvidas ainda reflexões sobre a experiência naturalista do final do Oito centos e a contribuição fundamental de Euclides da Cunha.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; ciência; história; conhecimento; modernização.

ABSTRACT: In this article, in regard to the period between the last decades of the eighteenth and the end of the nineteenth century, one proposes to discuss the relation between literature and knowledge, especially in association with the science, in the Brazilian context. In order to achieve this, the political role of the writer who is committed to social processes as well as the principle that points out the scientific development as a necessary way for modernization will be questioned. Taking into account how this discussion is instituted historically, a brief overview from the eighteenth-century poet's work as illustrated will be constructed. Passing through subjects as travels, one will reflect about the naturalist experience at the end of nineteenth century and Euclides da Cunha's fundamental contribution.

KEYWORDS: Literature; science; history; knowledge; modernization.

¹Doutora em Letras pela PUC-Rio, Professora Adjunta de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: claudetedaflon@id.uff.br

1. Introdução

A forma como se têm estabelecido as relações entre literatura e ciência no contexto brasileiro permite considerar, no que diz respeito à produção literária, a existência de dois aspectos que historicamente se configuram: de um lado, a conotação política do trabalho de escritor que se vê comprometido com questões sociais de sua época; de outro, o entendimento da ciência como passaporte necessário ao desenvolvimento e modernização da sociedade. De fato, ao longo do século XIX, a necessidade de avanço no campo científico aparece aliada à urgência em se conhecer o Brasil. Assim, cruzam-se práticas que visariam à incorporação ou ampliação do conhecimento sobre o país.

No Setecentos, o poeta, enquanto ilustrado, assumia em sua poesia a utilidade de uma escrita compromissada com a pátria, nesse caso, identificada à monarquia portuguesa. Se a ideia de progresso já estava ali estabelecida, entre os românticos, ela não foi abandonada, pelo contrário. Além disso, o processo de independência política representou também a necessidade de construção da autonomia cultural. Nesse sentido, vale destacar as viagens e o seu significado entre escritores românticos, uma vez que viajar significava conhecer e, em certa medida, escrever o país. Na prosa naturalista, no entanto, acusada de episódica e copista por muitos críticos, sinaliza-se ainda a necessidade de modernização e a função pedagógica que, de certa forma, assumiria a ficção a fim de contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico e, conseqüentemente, o avanço da nação. Haveria, na realidade, lacunas que se buscavam preencher na associação das letras com o saber que a ciência possibilitava.

Portanto, a discussão sobre as possíveis relações entre literatura e conhecimento, especialmente aquele vinculado à ciência, permite cogitar como o escritor brasileiro esteve, em diferentes momentos históricos, comprometido com noções como progresso, modernização e civilização. Não se pode, contudo, ignorar as rasuras devidas a uma prática em que ao ofício de poeta e ficcionista, no que encerra de artifício e criação, estaria associada à atuação pública do intelectual engajado a iniciativas estéticas e políticas de seu tempo.

Para o desenvolvimento dessa discussão, foram utilizadas referências da crítica e historiografia literária bem como dos estudos sobre história da ciência no Brasil a fim de garantir a exposição de aspectos e situações indicativos da complexidade e relevância do tema para os estudos de literatura e cultura. Na estrutura do artigo, a orientação dada à divisão em três partes torna possível, em

um primeiro momento, considerar como o saber é tomado como condição necessária ao processo civilizatório. A atividade literária será entendida, muitas vezes, como participante desse processo. Em um segundo momento, busca-se expor como, a esse respeito, é necessário reconsiderar o papel da Ilustração Portuguesa, tendo em vista a aliança que propõe entre a poesia e o conhecimento, ambos implicados nas demandas por reformas e modernização na economia e sociedade lusas. Na terceira seção do artigo, explora-se o século XIX a fim de verificar como literatura e ciência são tomadas em conjunto no movimento de construção nacional.

2. A domesticação do desconhecido

Fora da escrita, resta o deserto. É assim que Roberto Ventura, em seu artigo “Visões do deserto”, de 1998, sintetiza o pensamento de Euclides da Cunha sobre o sertão, enquanto vazio a ser resgatado na cartografia de um registro legitimado pelo conhecimento científico: “Selva e sertão são vistos como desertos por seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito, e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência, que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluía de seus mapas” (VENTURA, 1998).

Desse modo, a escrita, ainda na visão de Euclides, representaria a inserção desse desconhecido na história, isto é, na civilização. Seja na Amazônia ou no sertão baiano, o inculto e o bárbaro são introduzidos no mundo do cognoscível para, assim, civilizar-se. Essa incursão civilizatória do intelectual do final do século XIX repousa, sem dúvida, na cultura letrada. Em sua viagem pelos desertos, a bússola está nas letras, nos registros de viajantes naturalistas que deram a sua interpretação e contribuíram para a superação do vazio. Não por acaso, Ventura expõe como, para Euclides da Cunha, a construção da jornada inicia-se na leitura dos relatos de viajantes.

A experiência da viagem é construída em um primeiro momento na tradição dos relatos, no que já se estabelecera na escrita, numa espécie de domesticação do desconhecido. Daí Euclides ter lido os viajantes naturalistas antes de sua partida para a Amazônia: Leu Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto, antes de mergulhar na escuridão do desconhecido. (VENTURA, 1998).

No lugar do desconhecido, mapas e relatos. Entretanto, a experiência local leva à ressignificação da visão de gabinete, como exemplifica a decepção de Euclides diante do rio Amazonas, menos majestoso que imaginara como leitor. Porém, diante do contraste entre o que encontra e a expectativa construída a partir das leituras realizadas, a opção é o retorno ao texto, para aí encontrar a saída que levará a um novo olhar, agora mais afinado com as perspectivas apresentadas pelos relatos. A experiência parte da escrita e nela é construída, como afirma Roberto Ventura: “Partindo da cultura escrita, o viajante se voltava para a paisagem, de modo a reinterpretá-la por meio da notação literária e científica” (VENTURA, 1998).

Nessa chave, os movimentos de modernização e civilização aparecem vinculados à ciência na mesma medida em que se associam à atuação como literato. Ainda por esse viés, não se pode deixar escapar a função civilizatória que se atribui à escrita e, por conseguinte, como a história da literatura se apresenta como fonte importante para se compreenderem as letras como instituintes de um saber sobre a realidade social.

Em artigo intitulado “Ciência e modernidade no Brasil”, de 2004, Moema de Rezende Vergara discute as vertentes historiográficas da ciência no século XX. Aponta, então, o exemplo da *Revista Brasileira*, em torno da qual se haviam congregado letrados do final do século XIX, para os quais a busca por um “pensamento brasileiro” passava pelas artes, pela literatura e pela ciência. Daí na revista abrirem espaço para divulgação de pesquisas científicas ao público leigo, como os trabalhos de Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, e o astrônomo Luiz Cruls, diretor do observatório nacional. Na perspectiva desses intelectuais, era necessário civilizar o Brasil e superar a herança colonial. (VERGARA, 2004, p.23-24)

Essa empreitada representava, por conseguinte, a recusa de um legado, assinalado como fator de atraso, que se atribuía Portugal e ao colonialismo. Entretanto, a autora, em sua tese de doutorado *A Revista Brasileira: vulgarização científica e a construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*, de 2003, já havia observado que a ruptura proposta com o passado colonial, atrelada ao objetivo de afirmação nacionalista, desconsidera pontos importantes que relacionam a Ilustração luso-brasileira do século XVIII aos posicionamentos de intelectuais oitocentistas. Daí afirmar que:

estes dois momentos – a Ilustração luso-brasileira do século XVIII e as ideias evolucionistas do final do XIX – foram responsáveis pela difusão, no país, de ideologias de caráter cientificista. Em outras palavras, tal como na Ilustração luso-brasileira do século XVIII, procurou-se, nos anos de 1870, ‘modernizar’ o Império do Brasil ante os ‘trunfos’ da ciência [...] (VERGARA, 2003, p. 41)

Esse tipo de consideração propõe revisar premissas adotadas pela historiografia brasileira, ao se levar em conta a importância do conhecimento científico ainda na época de colônia. Por isso, em seu artigo, Moema Vergara observa que intérpretes do Brasil no século XX, como Fernando de Azevedo, cujo trabalho repercutiu e repercute nos estudos sobre cultura e ciência, tiveram seu pensamento formado a partir das ideias do final do XIX (VERGARA, 2004, p. 24). Difunde-se, assim, a visão negativa do período colonial, como obscurantista e avesso à ciência, responsável em alguma medida, portanto, pelo atraso do país. Além de se desconsiderarem as políticas ilustradas da metrópole, teria ainda, segundo a autora, ocorrido uma “purificação da memória”, visto que literatos do final do Oitocentos referiam-se a nomes da ilustração luso-brasileira recalcando o componente português e apresentando-os apenas como brasileiros, caso de José Bonifácio, que se formara na Universidade de Coimbra e fora membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. (VERGARA, 2004)

Todavia, não se pode ignorar a importância do pensamento de nomes como Fernando de Azevedo bem como a sua influência nos caminhos dados à compreensão histórica das relações entre literatura, ciência e cultura no Brasil. Azevedo, em *A cultura brasileira*, publicação de 1942, acusa ter sido a formação intelectual no Brasil “eminentemente literária, orientada não para a técnica e a ação” (1996, p.274). Tratar-se-ia de uma herança: “Formou-se, por esse modo, a tendência intelectual e literária que se desenvolveu por mais de três séculos, para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais” (1996, p.276). Não é à toa que, frente à repercussão desse pensamento, em sua discussão, Moema Vergara discorra sobre a permanência desses princípios em obras de críticos literários e historiadores. Todavia, em seu estudo, a autora destaca o papel assumido pelo artigo de Maria Odila Dias, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, publicado na revista do IHGB em 1968, pois teria sido um dos primeiros a rever o posicionamento negativo em relação à Ilustração luso-brasileira (VERGARA, 2004, p. 27). O interesse pelo tema tem gerado trabalhos importantes para o entendimento das

particularidades do contexto luso-americano ao lado de estudos que, dedicados à historiografia da ciência no Brasil, vêm se debruçando sobre o período colonial.²

3. Ilustrados setecentistas

As considerações feitas tornam válida uma reflexão sobre a escrita e os desertos no século XVIII. Nesse sentido, Alexandre Rodrigues Ferreira (1759-1817) é uma referência interessante. Natural da Bahia, formou-se no curso de Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de Doutor em Ciências em 1779. Discípulo do italiano Domenico Vandelli, lente da universidade, Ferreira foi o naturalista encarregado de uma viagem filosófica que se realizaria pela bacia hidrográfica amazônica e o Mato Grosso. A expedição aconteceu entre 1783 e 1792. A finalidade claramente inventariante da viagem relacionava-se às pretensões econômicas da metrópole, de maneira que, como argumenta o historiador Ronald Raminelli, a natureza científica do empreendimento muitas vezes foi secundarizada tendo em vista os interesses do estado:

Apesar de a Academia de Ciências de Lisboa determinar normas para a coleta e descrição do material coletado, a Viagem Filosófica comandada por Ferreira não se pautou por esses princípios. As memórias sobre plantas e animais da Amazônia, concebidas pelo naturalista, destacaram sobretudo o caráter econômico e utilitarista, em detrimento dos avanços da ciência setecentista. (RAMINELLI, 1998, p.162)

Essa subserviência aos interesses imediatos da metrópole afetaria a qualidade científica do trabalho do naturalista luso-americano e o diferenciaria, na visão do historiador, de viajantes como Humboldt. Sem dúvida, o caráter assumido pelas viagens filosóficas mantém direta relação com as particularidades da Ilustração portuguesa, em que o fortalecimento do estado e o pragmatismo orientaram a filtração das ideias que circulavam na Europa de então. Acerca disso, observa Luiz Carlos Villalta, em sua tese de doutoramento de 1999, *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: os usos do livro na América Portuguesa*, que a ilustração não se apresentou de forma única e que assumiu mais de uma feição na Europa: “Enfim, a Ilustração não seria um projeto intelectual fechado e

² Caso de publicações como *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*, de 2003, organizado por Shozo Motoyama. No volume, o historiador propõe um capítulo intitulado “Período colonial: o cruzeiro do sul na terra do pau-brasil”.

homogêneo, mas um amplo leque de ideias e debates que se fizeram presentes no século XVIII, afetando a vida cultural, política e social [...]” (1999, p. 94). Todavia, a situação dos países ibéricos pressupõe condições específicas na forma como o pensamento ilustrado se configurará, a exemplo da feição católica que assumirá em Portugal. Afinal, a Ilustração ibérica “sendo objeto de uma ‘releitura’ feita em sintonia com as condições ali reinantes, assumiu contornos singulares articulando-se com elementos culturais anteriores [...]” (VILLALTA, 1999, p. 111).

No entanto, o que movia a coroa portuguesa em direção às ideias ilustradas, especialmente no que diziam respeito ao desenvolvimento científico, era a modernização do império, tomada como necessária e urgente. Dessa forma, os aspectos políticos associados ao fortalecimento do poder do rei, coexistiam com pretensões econômicas que colocavam na pauta do dia o conhecimento e a exploração das riquezas da colônia. Consequentemente, a atuação de ilustrados como Alexandre Rodrigues Ferreira remete mais uma vez para o deserto a ser superado como aponta Raminelli: “à viagem filosófica caberia o nobre encargo de revelar elementos ocultos, desconhecidos do vulgo” (RAMINELLI, 1998, p. 161).

Os literatos não estão, definitivamente, à parte desse processo. Isso já foi explorado por Ivan Teixeira em seu trabalho sobre Basílio da Gama, quando defendeu a existência de um mecenato pombalino e a importância da participação de luso-brasileiros no jogo político em andamento (TEIXEIRA, 1999). Por esse viés, autores como Manuel da Silva Alvarenga (1749-1814) são expressivos do papel político que se confere ao ilustrado em sua atuação como poeta e divulgador da ciência. Em poemas como “Às artes”, declamado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1788 e dedicado a D. Maria I, por exemplo, o escritor lança mão de estratégias que congregam a atitude pedagógica e o ofício de poeta. Assim, parece elevar à condição de exemplos homens da ciência que teriam se sacrificado para que o saber prosseguisse em sua marcha, caso de Georg Wilhelm Richmann (1711-1753), cientista russo, que tem um final trágico ao desenvolver sua experiência com raios em 1753, como esclarece nota de Alvarenga ao poema: “desgraçado professor de Petersbourg Richman que morreu experimentando o condutor da matéria elétrica” (ALVARENGA, 2005, p. 118). Apresentado como “novo Prometeu”, o cientista é conduzido à condição de mártir. Expressivo também é o poema herói-cômico “O desertor”, de 1774, que se dirige aos estudantes com o propósito de combater práticas viciosas associadas a antigos costumes e incentivar uma atitude compromissada com o estudo e com as ciências. O emprego

recorrente de formas como a sátira e o encômio na poesia neoclássica luso-brasileira, a exemplo dos poemas mencionados de Silva Alvarenga, explica-se pela adoção de modelos de escrita capazes de expressar a conjugação entre deleite e utilidade: "A eficiência persuasiva da sátira é aliada importante em um projeto que requer mudanças na formação e atuação intelectual. Frente a isso, vale considerar como, no herói-cômico de Silva Alvarenga, a sátira alia-se ao encomiástico" (DAFLON, 2011, p.63).

Assim, o caráter pedagógico da escrita, ao constituir manifestação adequada tanto aos princípios ilustrados quanto à estética neoclássica, demonstra o quanto a atividade como poeta estava integrada à condição de ilustrado de modo que o papel dado à produção literária na difusão do conhecimento seja a expressão mesma do seu significado político.

4. Dar a conhecer o Brasil: escritores oitocentistas

Embora a ideia de progresso, sob o ponto de vista das concepções iluministas do XVIII, já constituísse ponto de apoio importante do pensamento e atuação de letrados luso-brasileiros setecentistas, entre os românticos, ela ganha vigor em consonância com o novo cenário político proporcionado pela independência do Brasil. Sem dúvida, se a atitude e a escrita que buscam tornar o desconhecido cognoscível estão relacionadas à legitimação da ciência como forma de apreensão do mundo, preencher o vazio é tarefa também da pena do escritor que, enquanto intelectual, se vê comprometido com o progresso e a pátria. Essa questão remete à articulação entre viajar, escrever e conhecer.

Nesse ponto, é necessária a referência ao livro de Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem, de 1990. Em seu estudo, a pesquisadora assinala a importância dos relatos de viagem na configuração da ficção nas décadas de 1830 e 1840 no Brasil, uma vez que, na paisagem e nas descrições dos viajantes, os literatos brasileiros parecem encontrar norte de uma escrita que se desenha pela necessidade de dar rosto ao país:

Mais importante que o relato da viagem, que a narrativa, parecer ser o inventário das paisagens, tipos e quadros locais, aos quais se deve ir classificando à medida mesmo que aparecem. E segundo o olhar não de um viajante qualquer, mas de um naturalista (SUSSEKIND, 1990, p.43).

O caráter ilustrado da viagem viabilizaria a atitude marcada pela coleta orientada de informações que possibilitassem mapear o país, definir-lhe a cartografia. A crítica nota, contudo, que, embora os literatos brasileiros do período viajassem bastante, não havia significativa produção de relatos escritos. Para a autora, escreveu-se sim a viagem, mas na ficção: “É ‘dentro’ de certos poemas, da prosa de ficção e das primeiras tentativas de ‘história nacional’ que parecem se escrever esses relatos e se alojar esse viajante local em busca de paisagens, memórias e tradições ‘curiosas’” (SUSSEKIND, 1990, p. 55). Essa relação com os relatos, de qualquer maneira, responderia à demanda de se construir um Brasil, de se escrever uma paisagem que, por meio de registros afinados com uma atitude inventariante, se constituísse como uma expressão da identidade nacional. Contudo, a necessidade de conhecimento que passa pela escrita entre os românticos soma-se à função pedagógica, o que aliás já havia caracterizado a atuação de ilustrados luso-brasileiros do século XVIII. A esse respeito, observa Flora Süssekind sobre os relatos de viagem: “Cumpria-se a eles e não apenas a eles, mas à própria literatura de ficção e à imprensa da época, como elas mesmas então se viam, ilustrar” (1990, p. 78).

Esse é um viés que encontramos também entre os intelectuais do final do século XIX. A compreensão de que a modernização poderá ser alcançada apenas com o desenvolvimento científico vai ao encontro das premissas da escola naturalista. No entanto, a apreciação crítica predominantemente negativa em relação ao naturalismo pode ser um obstáculo à investigação e reflexão sobre aspectos importantes da intelectualidade brasileira do período. Difundiu-se que a atividade literária se teria caracterizado pela cópia, pelo artificialismo e alheamento à realidade brasileira, bem como pela persistência de traços românticos. Nelson Werneck Sodré considera ter sido o Naturalismo meramente um episódio (SODRÉ, 1964). Sônia Brayner assinala como os críticos de, um modo geral, seguiram os argumentos contrários à escola naturalista formulados por Machado de Assis: a preocupação exclusiva com a parte física; a preferência por ambientes viciosos e classes baixas; a preocupação apenas com casos excepcionais e patológicos, sobretudo os sexuais; o dano moral dos romances naturalistas (BRAYNER, 1973). A condenação, portanto, do naturalismo pode fazer parecer que não seria relevante discutir a atividade literária e intelectual dos autores que aderiram a princípios estéticos e cientificistas do movimento. Na verdade, à maneira dos ilustrados setecentistas, ganha relevo a atitude educativa, assumindo-se o papel político da literatura.

Clóvis Beviláqua havia apontado para a validade do romance naturalista como divulgação científica (BEVILÁQUA, 1974). A divulgação ou vulgarização (como propõe conceitualmente Moema Vergara) da ciência seria estratégica diante de pretensões modernizantes em um país sem tradição científica. Além disso, a atitude de rebeldia assim como a defesa da república que teriam caracterizado essa geração de escritores, como assinala Brito Broca em textos dos anos de 1950 publicados sob o título *Naturalistas, parnasianos e decadistas*, expõem a necessidade de se compreender a produção literária como parte da vida intelectual (BROCA, 1991).

Um livro como *A carne*, de Julio Ribeiro, de 1888, possibilita uma avaliação interessante de como o romance, na visão dos literatos brasileiros do final do XIX, constituiria peça importante nas estratégias de difusão da ciência. Merecem consideração os mecanismos publicitários envolvidos em seu lançamento: “E o aparecimento de *A carne* foi precedido de um vasto reclame feito pelos adeptos do Naturalismo, empenhados em anunciar o livro como a mais completa realização da escola, entre nós” (BROCA, 1991, p.102). Além da distribuição de panfletos, houve polêmicas em jornal como a do padre Sena Freitas que também tiveram seu papel na popularização do romance, como reconhece o próprio polemista: “Lembro-me de que uma crítica, mesmo séria como esta que vou fazer, é por vezes um *reclame*” (RIBEIRO, FREITAS, 1972, p.185).

O padre, em tom virulento, propõe o trocadilho que dá a nota de seu discurso: em vez de carne, carniça. Ao lado da crítica moral do livro, Sena ataca a construção do romance e os usos da linguagem:

As descrições episódicas ocupam uma parte tão considerável do entrecho, que parecem querer sufocá-lo ou cobrir-lhe a penúria. Essas descrições, aliás surpreendentes de verdade e de luxo de linguagem, podiam ter lugar mais idôneo no rodapé de um jornal ou em um livro de viagens. Ainda de permeio com o ligamento do romance há páginas perfeitamente didáticas que estão clamando, a meter dó, por um compêndio de fisiologia. (RIBEIRO, FREITAS, 1972, p.187)

A leitura crítica do romance mostra que as observações do padre têm razão de ser. Em passagens como a carta que Manuel Barbosa, em viagem a Santos, escreve a Lenita, surpreende que, ao longo da extensa missiva, detenha-se quase exclusivamente a fazer apreciações sobre costumes, topografia, clima, flora e fauna, em uma linguagem que denuncia a pretensão científica: “A vida aqui é

uma negação da fisiologia, é um verdadeiro milagre: não há hematose perfeita, as digestões são laboriosíssimas, sua-se como no segundo grau da tísica pulmonar, como na convalescença de febres intermitentes” (RIBEIRO, 1972, p. 43). Abundam as notas explicativas, expondo o caráter didático que se imprime no texto, enquanto o teor afetivo esperado na carta restringe-se a alusões ligeiras.

Passagens como essa revelam como, na perspectiva assumida pelo autor, a literatura teria uma função pedagógica e, conseqüentemente, política, a ponto de submeter-se a construção literária à premência de comunicar conhecimento científico ao público leitor. Se os artificialismos na construção do romance parecem se explicar pela prioridade dada à divulgação da ciência em detrimento da investigação estética, a condição de literato cerca-se de propósitos associados ao nacionalismo e à modernização. Isso, sem dúvida, articula-se à crença na capacidade de erigir um saber sobre o mundo que garanta a ocupação dos nossos sertões, o que passa a ser problematizado quando se compreende que a abordagem científica não dá conta da realidade encontrada.

Luiz Costa Lima, em seu trabalho sobre *Os Sertões*, no livro *Terra ignota*, de 1997, expõe que, sob a perspectiva do progresso e da marcha da história tal como a entende Euclides da Cunha, o desconhecido é uma etapa a ser vencida pela ciência.

A inscrição literária e científica, no texto euclidiano, poderia sugerir o consórcio entre arte e ciência defendido pelo autor, mas, como assinala Costa Lima, preserva-se a hierarquia entre os discursos, de modo que o literário é encarado, no mais das vezes, como ornamento. A primazia do texto descritivo expressa, por sua vez, a necessidade de domesticação da realidade, de dissipar os vazios, preenchê-los, incorporá-los às verdades estabelecidas. É preciso, portanto, se perguntar se o conhecimento científico, como pretendia Euclides da Cunha, seria capaz de apreender o deserto e torná-lo cognoscível. Na verdade, essa ciência “absoluta” e “absorvedora” (LIMA, 1997, p.150) esbarra em suas limitações, uma vez que o modelo científico-descritivo não dá conta do sertão tortuoso, avesso à regularização e sistematização: “Pela torção literária, é esvaziada a tensão que quase se torna insuportável – há uma ciência capaz de dizer de tão estranha terra, sujeita a tamanhas oscilações? Ao contrário, haverá limites para a ciência descritiva?” (LIMA, 1997, p. 153).

Por conseguinte, a reflexão sobre como o saber aparece articulado à atividade como escritor no Brasil do Oitocentos implica compreender tanto a

condição de "ilustrado" assumida por esses intelectuais como a aposta que fizeram na ciência como via de acesso à modernização e ao progresso. Por outro lado, parece claro não se poder prescindir das possibilidades oferecidas pela literatura, especialmente por conta de uma incipiência que torna necessária, pelos caminhos do romance, alcançar e "educar" o público leitor existente. Estudos como o do teórico Luiz Costa Lima, no entanto, demonstram tanto a hierarquização dos discursos quanto a existência de fissuras decorrentes, fundamentalmente, das limitações de uma perspectiva inventariante e descritiva da ciência. A presença do literário, nesse sentido, poderia ser tomada como evidência de um "estranho" que não se deixa apreender.

5. Conclusão

Na discussão sobre o papel que se atribui à escrita e ao escritor, a perspectiva das relações entre ciência e literatura permite refletir sobre como esta é compreendida ou não como forma de apreensão do mundo. Além disso, está sob discussão como o literário e o científico podem constituir-se como discursos em disputa por lugares de prestígio na sociedade ao mesmo tempo em que se encontram comprometidos com os mesmos projetos. Por fim, a realização do processo civilizatório na escrita significa dizer que, no caso brasileiro, o entendimento da existência de uma demanda por progresso alia-se à necessidade de uma cartografia, uma escrita, que salve o país do atraso e da barbárie.

Diante disso, parece claro que um estudo sobre as relações entre conhecimento científico, literatura e desenvolvimento envolve uma discussão de feição contemporânea, segundo a qual se mostra pertinente ou mesmo necessário refletir sobre: a) a forma como historicamente foram se constituindo os espaços dado ao literário frente ao científico; b) a conjugação entre literatura e ciência enquanto decorrência da participação em projetos cunhados sob uma mesma perspectiva política; c) a premência de se considerar as particularidades da situação brasileira no que diz respeito à formação de sua literatura e à história da ciência.

Pretendeu-se, dessa forma, com a discussão desenvolvida, apontar caminhos de análise e investigação que tornem possível rever posicionamentos já consolidados bem como abrir novas possibilidades de reflexão. Tanto a poesia setecentista quanto o naturalismo aparecem congelados em leituras sedimentadas pela historiografia e crítica literária, de modo que muitos estudiosos em Literatura

Brasileira pouco se interessam pelos autores e títulos dos períodos indicados. Condenadas a *topoi* já definidos ou a desqualificações, as obras produzidas nesses momentos aparecem engessadas e pouco afeitas a novas abordagens. Porém, a busca por uma revisão crítica, não para se operarem resgates ou estabelecerem novos recalques, pode significar uma efetiva contribuição para a produção de conhecimento na área. Por outro lado, a articulação interdisciplinar necessária ao estudo proposto aponta na direção do enriquecimento do debate que circula obrigatoriamente por mais de um campo de saber. Sem dúvida, não se ignora nem se quer negligenciar a complexidade de uma discussão que inclua conhecimentos diversos, pelo contrário. É preciso, contudo, enfrentar a dificuldade que esse tipo de questão oferece, especialmente porque sua origem está, no final das contas, em inquietações atuais.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. **Obras poéticas**: poemas líricos, Glaura, O desertor. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: UnB, 1996.

BEVILÁQUA, Clóvis. "Aloísio Azevedo e a dissolução romântica". In: COUTINHO, Afrânio (org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Americana, Prolivro, 1974. p. 183-192

BRAYNER, Sônia. **A metáfora do corpo no romance naturalista**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas**: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

DAFLON, Claudete. Uma pedagogia da escrita: intelectuais luso-brasileiros do século XVIII. **Matraga**, v.18, n. 29, p.52-71, jul./dez. 2011.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Prelúdio para uma história**: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização; Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**, v.3, n.6, p.157-182, 1998.

RIBEIRO, Julio. **A carne**. São Paulo: Editora Três, 1972.

RIBEIRO, Julio; FREITAS, Padre Senna. A polêmica. In: RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Editora Três, 1972. p. 181-235.

SODRÉ, Nelson Werneck. O episódio naturalista. In: **História da Literatura Brasileira**: seus fundamentos econômicos. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 381-402

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. 1999. Universidade de São Paulo. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**[online]. 1998, vol.5, suppl. [cited 2012-10-25], pp. 133-147. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago 2012.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: EDUSP, 1999.

VERGARA, Moema de Rezende. **A Revista Brasileira**: vulgarização científica e a construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. 2003. Tese doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social.

_____. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./ jun. 2004.

Recebido: 30/11/2012

Aceito: 05/05/2013